



# Paulo Frange, um vereador que continua cardiologista

Foi na Universidade Federal de Minas Gerais, em Uberaba, que o ainda acadêmico Paulo Jesus Frange aprendeu que, até mais importante que a medicação, é a relação médico-paciente. O professor Lineu Mizziara, autor da lição, já morreu, mas ela nunca foi esquecida nem pelo médico, nem pelo vereador que, hoje no terceiro mandato pelo PTB, na Câmara Municipal de São Paulo, continua a clinicar. A cada eleição é reeleito com 70% a mais de votos, garantidos justamente pelos seus pacientes e familiares e por pessoas que acompanham e aprovam o trabalho legislativo do médico-parlamentar.

A carreira do dublê de cardiologista e político começou no Dante Pazzanese, onde foi residente por 4 anos. Mais tarde, diretor médico da Sociedade Beneficente São Camilo, ajudou a fundar o Hospital São Camilo de Santana, no qual implantou, no período de 1979 a 1996, 500 leitos, o setor de Cirurgia Cardíaca, tomografia, três UTIs, até ter a satisfação de ver a instituição se tornar hospital de referência para a Zona Norte de São Paulo.

Foi no São Camilo que o cardiologista passou a atender a vários deputados federais, como clientes. Quando precisavam de subsídios para projetos sobre Saúde e gestão hospitalar, chamavam Paulo Frange, que passou a conhecer Brasília também por seu trabalho de consultoria para as Misericórdias. Uma coisa leva a outra e o então candidato a prefeito Francisco Rossi pediu a Frange que escrevesse um projeto de Saúde para São Paulo que substituisse o PAS, envolto em denúncias e críticas.

O plano ficou tão bom que Rossi insistiu com o cardiologista para que se candidatasse à Câmara. Ainda hesitante, ele ouviu alguns clientes, contou de seus projetos, expôs sua vida segundo a qual a relação médico-paciente é sagrada e, portanto, que não deixaria de clinicar. Recebeu um apoio incrível. Um grupo de pacientes conseguiu 12 linhas telefônicas e se dispôs a ligar para toda a relação de clientes atendidos por Paulo Frange. “Acabei eleito pelo PDT, em 1996, o segundo mais votado da coligação, e o curioso é que até então o Partido nunca tinha feito vereadores em São Paulo”.

Rossi não teve fôlego financeiro para enfrentar Pitta, que acabou eleito, e um desentendimento com Leonel Brizola levou o novo vereador para o PTB, mas as atividades políticas não afetaram seu trabalho como médico. Ainda hoje ele atende três vezes por semana no consultório, em Perdizes, chegando a agendar pacientes aos sábados. “A filosofia não mudou, a relação médico-paciente ainda é meu Norte, e isso faz que atenda o celular a qualquer hora, mesmo no domingo. Entendo que minha vocação é de médico e a política é o meio de conseguir implantar minhas idéias sobre Saúde”.

## Mandato de aprendizado

O cardiologista-vereador admite que ser político não é fácil e confessa que o primeiro mandato inteiro foi de aprendizado. Ele aprofundou-se na área da Saúde – “era meu sonho” – para descobrir que o caminho

não era a “Comissão de Saúde”, onde apenas se debatiam temas sérios, mas sem resultado. Passou, então, para a Comissão de Finanças, onde pôde inclusive modificar o orçamento anual do município, e aí a produção começou a crescer.

A primeira vitória, “quando já não sabia se tinha valido a pena”, foi a lei que excluiu os médicos do rodízio de automóveis. Ela foi vetada pelo prefeito, o veto foi derrubado e a lei acabou regulamentada em 2001. No segundo mandato, reeleito com votação muito maior, a luta foi pelo hospital de Cidade Tiradentes, onde vive uma população de quase meio milhão de pessoas, que não contava com um leito hospitalar sequer.

“O projeto estava parado há anos, mas conseguimos verba, lutamos muito e há dois meses ele foi inaugurado”, orgulha-se o vereador, que partiu para a próxima luta, o hospital de M’boi Mirim, outra região pobre sem assistência, onde os 250 leitos previstos são imprescindíveis.

A essa altura, o cardiologista-vereador comprovou ser impraticável ocupar-se apenas com Saúde. Tendo a cidade de São Paulo em perspectiva, era preciso entender também de Urbanismo, de Creches, de Orçamento. Aliás, foi ele o relator do Orçamento nas gestões Serra/Kassab. Para dominar os vários temas, Paulo Frange trouxe para seu gabinete “gente que entende muito mais do que eu de vários temas relacionados à infra-estrutura de uma cidade do porte de São Paulo”. A equipe inclui, entre outros, assistente social, advogados, engenheiros, um especialista em Finanças e “absolutamente nenhum parente”.

O resultado é um aumento constante na “produção” do vereador. Ele já conseguiu aprovar na Câmara projetos importantes como o que cria as autarquias hospitalares e a gestão de UBS’s, PS’s e hospitais municipais por Organizações Sociais (OS), além de assegurar a ampliação e reforma das Unidades de Saúde, com apoio do Secretário da Saúde. A luta, agora, é pela vinculação da aplicação de recursos para a área. Atualmente, a Prefeitura destina 17,5% do que arrecada em Saúde, mas não há vinculação formal orçamentária. Empenhou-se pessoalmente na municipalização do Código Sanitário e na criação de uma legislação sanitária específica para a cidade de São Paulo.

Esse trabalho todo não impede que o cardiologista se mantenha atualizado: “faço os cursos de reciclagem da SBC, não perco os Congressos da especialidade e frequento os serviços de cardiologia da capital”, explica, agora às voltas com uma proposta de campanha destinada a motivar os estudantes de Medicina. “Os alunos que vêm do interior fazer residência por vezes não têm o idealismo esperado e as escolas não investem suficientemente na humanização durante o processo de formação do médico”. Outra idéia em pauta é acabar com “a limitação do livrinho”, isto é, com a obrigatoriedade do conveniado ser atendido apenas pelos médicos credenciados pelo convênio. “O paciente tem que ter o direito de ser atendido pelo seu médico, pelo profissional que prefere, independentemente do convênio que paga”. E essa é uma luta longa, acredita Paulo Frange, mas ele está disposto a enfrentá-la.